

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

JÚLIA MARTINS DELMUNDE

**A PROMOÇÃO DA CONTRATUALIDADE SOCIAL NO TRABALHO COM
GRUPOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ESTUDANTE DE TERAPIA
OCUPACIONAL EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

SÃO CARLOS -SP
2025

JÚLIA MARTINS DELMUNDE

A PROMOÇÃO DA CONTRATUALIDADE SOCIAL NO TRABALHO COM GRUPOS:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ESTUDANTE DE TERAPIA OCUPACIONAL
EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de São Carlos, como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof^ª. Dra. Giovana Garcia Morato.

São Carlos-SP
2025

Delmunde, Júlia Martins

A promoção da contratualidade social no trabalho com grupos: um relato de experiência de uma estudante de Terapia Ocupacional em um Centro de Atenção Psicossocial / Júlia Martins Delmunde -- 2025.
49f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Giovana Garcia Morato

Banca Examinadora: Martha Moraes Minatel

Bibliografia

1. Terapia Ocupacional. 2. Saúde Mental. 3. Atenção
Psicossocial. I. Delmunde, Júlia Martins. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

A PROMOÇÃO DA CONTRATUALIDADE SOCIAL NO TRABALHO COM GRUPOS:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ESTUDANTE DE TERAPIA OCUPACIONAL
EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Júlia Martins Delmunde

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de São Carlos, como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Terapia Ocupacional.

Aprovado em: 11/12/2025

Orientadora

Prof^a. Dra. Giovana Garcia Morato

Universidade Federal de São Carlos

Parecerista

Prof^a. Dra. Martha Moraes Minatel

Universidade Federal de São Carlos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, por oportunizar e apoiar a escolha do meu próprio caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela proteção, por me guiar e por todas as bênçãos em minha vida.

Agradeço aos meus pais, Brenda e Carlos, pelo cuidado, amor e dedicação que me sustentam e por tornarem possível esta tão sonhada graduação.

Agradeço à minha irmã, Lívia, por ser companhia e alegria de todos os dias e, sendo quem é, me ensinar tanto sobre amor e proteção.

Agradeço às minhas avós, Lurdes e Maria (in memoriam), pelo amor, pelo cuidado e pela força com que construíram lares repletos de carinho e afeto.

Agradeço às minhas companheiras de casa, Gra e Bia, pelas risadas, pelas conversas, por partilharem o cotidiano e se tornarem a verdadeira definição de lar.

Agradeço ao meu parceiro de vida, Gabriel, por partilhar o caminho comigo e por sempre me incentivar a sonhar mais alto.

Agradeço às minhas amigas de graduação pelos bons momentos, pelas boas risadas e por todas as memórias que levarei comigo.

Agradeço, de forma muito especial, à minha orientadora Giovana por toda a atenção, sensibilidade e presença, com quem aprendi sobre compromisso e inventividade. Sua orientação foi essencial para a concretização deste trabalho.

Agradeço ao grupo Projeto de Vida, pela confiança, pelas trocas e por me permitir aprender a celebrar cada pequeno grande passo.

Agradeço à Terapia Ocupacional, pela possibilidade de me arriscar, me encantar e me descobrir, uma profissão cuja potência me atravessa e reafirma a grandeza do cuidado.

Agradeço a todos que, de alguma forma, atravessaram esta trajetória e contribuíram para minha formação.

RESUMO

A contratualidade social, conforme proposta por Benedetto Saraceno, compreende as condições que permitem ao sujeito circular socialmente, estabelecer trocas e assumir papéis reconhecidos no território, constituindo um dos objetivos centrais da Atenção Psicossocial. No contexto dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), práticas grupais e intervenções orientadas ao cotidiano configuram dispositivos potentes para a promoção de vínculos, a experimentação de novos fazeres e o fortalecimento das relações para além da instituição, aspectos fundamentais na (re)construção do exercício contratual. Este trabalho apresenta um relato de experiência referente à atuação de uma estudante de Terapia Ocupacional em um grupo de usuários de um CAPS II, com o objetivo de descrever e refletir sobre de que modo as ações desenvolvidas no grupo contribuíram para favorecer movimentos iniciais de contratualidade social. A partir de registros produzidos ao longo do projeto de extensão, descritos em três cenas-intervenções, identificaram-se pequenos avanços mediados pelo fazer junto, pelas atividades coletivas e pelo fortalecimento da identidade grupal, elementos que mobilizaram, por parte da equipe, processos de empréstimo de poder contratual. A análise dos processos de (re)construção de contratualidade, articulada à literatura, identificou a emergência desses movimentos nos cenários da rede social e do trabalho. Contudo, a limitada oferta de espaços de convivência no território e a ausência de articulação intersetorial restringiram o exercício da contratualidade no eixo do habitar. Os resultados reforçam a relevância das práticas grupais no CAPS e a contribuição da Terapia Ocupacional na mediação de processos que ampliam participação e pertencimento, evidenciando a importância da integração entre teoria e prática na formação profissional.

Palavras-chave: Contratualidade Social, Terapia Ocupacional, Saúde Mental, Centro de Atenção Psicossocial.

ABSTRACT

Social contractuality, as formulated by Benedetto Saraceno, refers to the social conditions that enable individuals to circulate within community spaces, engage in exchanges, and assume socially recognized roles, representing a central goal of Psychosocial Care. Within Brazil's Psychosocial Care Centers (CAPS), group practices and everyday-life-oriented interventions serve as powerful mechanisms for fostering relationships, encouraging the exploration of new occupations, and strengthening connections beyond the institutional setting, which are core elements in the reconstruction of contractual agency. This paper presents an experience report from the perspective of an Occupational Therapy student participating in activities with a user group in a CAPS II, aiming to describe and reflect on how the actions developed within the group contributed to supporting early movements toward social contractuality. Based on records produced throughout the extension project and organized into three intervention scenes, small yet meaningful developments were identified, shaped by shared doing, collective activities, and the strengthening of group identity, elements that mobilized processes of lending contractual power on the part of the team. The analysis of these reconstruction processes, articulated with the literature, showed that these movements emerged primarily within the domains of social networks and work. However, the limited availability of community social spaces and the lack of intersectoral coordination restricted the exercise of contractuality within the dimension of inhabiting everyday community life. The findings reinforce the relevance of group practices in CAPS and highlight the contribution of Occupational Therapy in mediating processes that expand participation and belonging, emphasizing the importance of integrating theory and practice in professional training.

Keywords: Social Contractuality; Occupational Therapy; Mental Health; Psychosocial Care Center.

LISTA DE SIGLAS

CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

NAPS- Núcleo de Atenção Psicossocial

RAPS- Rede de Atenção Psicossocial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVO GERAL.....	18
3. METODOLOGIA.....	19
3.1 Contextualização do grupo e seus participantes.....	19
3.2 Contextualização da entrada e participação da estudante neste grupo.....	21
4. CENAS-INTERVENÇÕES: NARRANDO PROCESSOS TERAPÊUTICOS OCUPACIONAIS RUMO À VIDA LÁ FORA.....	22
4.1 O projeto ‘Jogo da Memória’: expandindo horizontes relacionais.....	23
4.2 Um olhar sobre o fazer grupal: o fortalecimento das atividades de trabalho.....	29
4.3 Tecendo sentidos: a bandeira do grupo Projeto de Vida.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS:.....	44

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do tema dos grupos em saúde mental e se propõe a relatar a experiência de uma estudante de terapia ocupacional na qualidade de extensionista junto a um grupo formado por usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Com base nos aprendizados adquiridos ao longo do processo formativo na graduação em Terapia Ocupacional e da experiência oriunda da atuação junto ao referido grupo, busca-se descrever e refletir sobre como as ações desenvolvidas neste grupo junto aos usuários do CAPS têm demonstrado potencial para promover a contratualidade desses indivíduos.

Como ponto de partida, é relevante demarcar que a Atenção Psicossocial — termo que compõe o próprio nome do serviço onde a prática descrita ocorre — designa o atual modelo de referência que orienta a assistência em saúde mental no Brasil. Esse modelo se consolidou enquanto política pública do Ministério da Saúde, sustentada por um conjunto de ações de cunho teórico, prático, político, ideológico e ético, que visam superar e substituir o modelo asilar e o paradigma da psiquiatria tradicional, rompendo com a abordagem hospitalocêntrica e medicocentrada (Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003; Costa-Rosa, 2013).

Nesse sentido, a Atenção Psicossocial marca um novo período da Reforma Psiquiátrica brasileira. Segundo Costa-Rosa (2013), o conjunto de saberes, práticas e políticas que sustentam esse novo modelo busca superar a compreensão da Reforma Psiquiátrica como uma reforma restrita ao campo da Psiquiatria, afirmando-se como um novo projeto ético, político e sociocultural. Essa perspectiva se consolida a partir de um processo histórico que não reúne apenas contribuições externas, provenientes de experiências internacionais de Reforma Psiquiátrica, mas também incorpora significativas contribuições internas, advindas das políticas públicas nacionais e da experiência com serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) (Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003).

Paralelo à ideia de não limitar o movimento à reforma da psiquiatria, Paulo Amarante (2011), pontua sobre a redução das iniciativas de reformas internacionais à simples reestruturação dos serviços. O autor compreende que essa tendência tenha se dado pela imprescindível e urgente necessidade de superar o modelo asilar. Ele esclarece que apesar das diversas tentativas, seja para humanizar o hospital, seja para buscar alternativas às internações por meio de serviços externos e substitutivos, tais ações ainda eram restritas aos serviços e à agenda dos profissionais. Desse modo, inspirado na perspectiva de Franco Rotelli, importante nome da Reforma Psiquiátrica Italiana, o autor propõe pensar o campo da saúde mental e a

Atenção Psicossocial enquanto processo social complexo. Processo que está em constante movimento e transformação e que nessa trajetória incorpora novos elementos, situações e atores, produzindo um “[...] entrelaçamento de dimensões simultâneas [...]” que ora se nutrem e ora são conflitantes (Amarante, 2011 p.63). Nessa dinâmica de tensões, consensos e contradições é que se produz avanços.

Com base nessa perspectiva, Amarante (2011) sugere olhar para esse novo período da Reforma Psiquiátrica a partir de quatro dimensões: 1- teórico-conceitual; 2- técnico-assistencial; 3- jurídico-política; 4- sociocultural. Essas quatro dimensões, apesar de distintas, se complementam, propondo pensar o campo da saúde mental e a Atenção Psicossocial não como modelo fechado, mas sim como um processo contínuo, isto é, um sistema aberto à transformação.

A dimensão teórico-conceitual ou epistêmica diz respeito à transição dos conceitos e conhecimentos que anteriormente fundamentavam o saber psiquiátrico para novos operadores conceituais, alinhados ao modelo de ciência em transformação. Esses antigos conceitos foram fundados em um contexto que considerava a doença enquanto objeto natural, dissociada do homem, desse modo o foco dos estudos e intervenções centravam-se na doença, colocando o sujeito em segundo plano. Sob a influência de novos conceitos da Antipsiquiatria e Psiquiatria Democrática, tornou-se evidente que a noção de doença mental não era útil para compreender ou intervir junto aos indivíduos classificados dessa maneira. Como resultado, a psiquiatria começou a explorar novas terminologias, adotando os termos de "transtorno mental" e "desordem mental" – mas que ainda remetiam à falta de ordem e normalidade – até chegar ao conceito de "sofrimento psíquico" adotado pelo campo da saúde mental e Atenção Psicossocial. Esta denominação propõe pensar o sofrimento psíquico enquanto uma experiência vivida pelo sujeito (Amarante, 2011).

Inspirado na proposta do psiquiatra italiano Franco Basaglia, Amarante (2011) destaca que “colocar a doença entre parênteses”, isso é, em segundo plano, é olhar para o sujeito em todo seu contexto, ampliando a noção de integralidade no campo da saúde mental e da Atenção Psicossocial. E isso exige pensar novas intervenções e novos dispositivos, aqui se delineia a segunda dimensão: técnico assistencial. É nela que se encontram as experiências de implementação de novos serviços, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), dispositivos concebidos como alternativas para substituir os hospitais psiquiátricos — locais de repressão, exclusão e controle — que não operam a favor do acolhimento, cuidado e trocas sociais, aspectos indispensáveis à nova lógica de atenção que se estabelecia (Amarante, 2011).

Para além da elaboração de dispositivos estratégicos, Amarante (2011) aponta para a necessidade de uma revisão das leis e políticas, que ainda sustentam as práticas do Modo Asilar, bem como inviabilizam que os sujeitos em sofrimento psíquico sejam reconhecidos enquanto cidadãos. Desse modo, a dimensão jurídico-política abrange o desafio de reformulação de toda legislação, com necessárias alterações ao código penal e civil, bem como aos direitos sociais e previdenciários (Amarante, 2011).

Apesar do exercício da cidadania dos sujeitos em sofrimento psíquico estar respaldada pelo sistema legal, isso não assegura que sejam reconhecidos enquanto cidadãos pela população, uma vez que a cidadania é um processo de construção social (Amarante, 2011). E, historicamente, ser “louco” é sinônimo de desvalor social, ao receber o atributo de doente mental, os bens produzidos pelo sujeito são questionados, as mensagens que comunica incompreendidas e os afetos que demonstra apontados como distorção (Kinoshita, 2016).

Amarante (2011) aponta que as sociedades constroem concepções para atribuir sentido às diversas sensações em relação a determinadas coisas, pessoas e situações, produzindo representações sociais que, pelo senso comum, passam a ser compartilhadas e tomadas como verdades por grupos sociais. Com significativa influência da psiquiatria, a sociedade passou a associar a ideia de periculosidade à imagem dos sujeitos em sofrimento psíquico. Diante disso, o propósito da Reforma Psiquiátrica é que o conhecimento, produto desse processo de transformação de conceitos, políticas e concepções, seja integrado como um bem cultural, tornando-se parte do senso comum. Dessa forma, as representações negativas podem ser transformadas através de uma postura acolhedora à diferença, essa é a leitura de Yasui (2010) acerca da dimensão sociocultural.

Essa dimensão diz respeito à mudança da representação social do sujeito em sofrimento psíquico, ela se relaciona às outras dimensões através de um aspecto fundamental: a participação social e política de todos os atores da Reforma Psiquiátrica (Amarante, 2011). Esses atores, envolvidos em diversas atividades como movimentos sociais, formação de associações, blocos carnavalescos, TVs comunitárias, programas de rádio, exposições, entre outras experiências, contribuem, junto às transformações das demais dimensões, para a construção de um novo imaginário social em relação à loucura. Esse processo visa assegurar o exercício da cidadania plena e restaurar o valor despossuído dos sujeitos em sofrimento psíquico (Kinoshita, 2016).

Para Kinoshita (2016), esse valor é pressuposto e também pré-requisito para que ocorram as trocas de bens, mensagens e afetos, determinando o poder contratual dos sujeitos. O autor sugere que, para modificar o desvalor dos sujeitos marcados pelo rótulo da doença

mental, é necessário desconstruir o equipamento que o mantém: o dispositivo manicomial, que representa um lugar de zero possibilidades de troca. Ressalta ainda que, mesmo com a desmontagem dos hospitais psiquiátricos, a transição do lugar de desvalor para o de participação nas trocas sociais não ocorreu de forma automática. A partir dessa discussão, o autor defende a importância da Reabilitação Psicossocial como estratégia fundamental para promover essa transição (Kinoshita, 2016).

Vale ressaltar que a Reabilitação Psicossocial, enquanto abordagem que também orienta a assistência no campo da saúde mental, tem servido de base teórico-metodológica para guiar ações e investigações no campo da saúde mental (Morato, 2019). Costa-Rosa, Luzio e Yasui (2003) compreendem que a Atenção Psicossocial supera os modelos de Apoio e Reabilitação, entretanto essa superação não indica uma oposição ou negação dos demais referenciais, mas uma preservação dos conceitos que ajudam a fundamentar sua proposta. Desse modo, pode-se afirmar que diversos conceitos propostos pela abordagem da Reabilitação Psicossocial têm influenciado de modo teórico e prático o atual modelo de referência no campo da saúde mental (Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003; Morato, 2019).

Um exemplo disso é o conceito de contratualidade social, aspecto estruturante da Reabilitação Psicossocial proposto por Benedetto Saraceno, a contratualidade social ou poder contratual, como já mencionado, é determinado por um valor pré-estabelecido e reconhecido socialmente (Kinoshita, 2016). Esse conceito diz respeito ao poder de negociação que os sujeitos exercem em diferentes níveis e cenários, habilidade que se refere à produção de valor social (Saraceno, 2016). Em outras palavras, refere-se à capacidade de fazer e ser reconhecido por isso em diversas dimensões da vida social. Isso não implica apenas na capacidade de desempenhar determinados papéis, mas também na possibilidade de ter essas atividades validadas socialmente.

Saraceno (2016, p.22), ao abordar a noção de contratualidade, compreende-a como “[...] a grande troca afetiva e material do ser humano; a habilidade do indivíduo em efetuar suas trocas.”. Segundo o autor, essas trocas acontecem em três grandes cenários da vida: o habitat, a rede social e o trabalho (Saraceno, 2001, 2016).

Habitat ou casa, é um conceito que transcende a noção de casa como espaço físico, refere-se a um senso de pertencimento e ao exercício de poder sobre os diversos espaços que o sujeito ocupa. Para Saraceno (2001), isso se traduz pelo conceito de “habitar”, onde o indivíduo se apropria desse lugar através da relação que estabelece com os objetos, espaços e pessoas, organizados nas dimensões material, simbólica e afetiva. Isso se difere do conceito

de “estar”, que representa a falta de apropriação e de poder de decisão material e simbólico do indivíduo sobre o espaço.

Para uma compreensão mais ampla das ações de reabilitação, de acordo com Saraceno (2001), é crucial fazer uma distinção teórica entre as noções de "habitar" e "casa". Compreendendo que as ações podem se voltar tanto à conquista de um espaço de moradia (a casa), quanto à promoção dos desejos e habilidades relacionados à experiência de habitar.

A Rede Social refere-se tanto à dinâmica na qual os sujeitos trocam de identidades e se reconhecem no intercâmbio com outras pessoas, quanto à criação de espaços para que esse intercâmbio aconteça (Saraceno, 2001). O autor compara essa relação às trocas realizadas nos bazares árabes e mercados de queijos nórdicos, onde o poder de câmbio é exercido ativamente. Embora possa parecer um paradoxo associar um conceito que remete à noção de trocas afetivas a outro que sugere a ideia de comercialização, para o autor essa relação está posta de modo indissociável uma vez que o que está em jogo nessa alusão é a ideia de negociação, diálogo e possibilidade de encontrar acordo entre pares. Saraceno (2001) reflete que na prática da desinstitucionalização o sujeito só pode pertencer às relações se puder participar do exercício da negociação.

O autor se aprofunda nessa relação analisando que:

Podemos definir a criação e multiplicação das oportunidades de trocas materiais e afetivas como tecido de uma "rede de negociação", ou seja, as redes de negociação, na medida em que são articuladas e flexíveis, aumentam a participação e a contratualidade real do sujeitos fracos de uma sociedade; poder-se-ia dizer, de outra forma, que o mercado (ou seja, o lugar físico e social da troca das mercadorias) precede e determina em uma comunidade a possibilidade das relações entre seus membros (Saraceno, 2001 p.112).

Retomando o conceito de rede social, para o autor a desabilitação implica em perdas nessa dimensão em número e qualidade, a começar pelo núcleo familiar, rede mais próxima, podendo se estender para rede ampliada, considerando-as como dois âmbitos que se afetam reciprocamente (Saraceno, 2001).

O eixo trabalho, conforme proposto por Saraceno (2001), pretende distanciar-se da concepção do seu uso como tratamento, prática comum nos antigos manicômios, e se estabelecer como processo que produza sentido para o sujeito. Nesse sentido, o trabalho, com potencial de integrar interesses, necessidades e desejos do indivíduo, é denominado "inserção laborativa". Seja utilizado como meio de sustento ou por realização pessoal, ele está

intrinsecamente ligado ao valor atribuído pela sociedade e à sua importância como projeto de vida para o sujeito (Saraceno, 2001).

Dado esses cenários de vida, compreende-se que a contratualidade social não é passível de ser exercida em sua inteireza se as oportunidades se concentrarem somente no interior do serviço ou instituição, mas sim nos cenários cotidianos de vida dos indivíduos. Desse modo, o grande desafio é pensar um processo de reabilitação alinhado aos contextos de vida e de significado do sujeito (Ribeiro; Bezerra, 2015).

Para Saraceno (2001), o que interfere nesse processo reabilitativo não é exatamente o tratamento, mas antes um conjunto de variáveis referentes ao serviço. Dessa forma, um serviço de alta qualidade refere-se a um “lugar” permeável e dinâmico, composto por um conjunto de lugares e oportunidades de recursos e negociação, que estão sempre à disposição de seus usuários e trabalhadores. Ou seja, um bom serviço é aquele onde há integração interna e externa, permitindo a permeabilidade de recursos e saberes em detrimento da separação desses elementos (Saraceno, 2001).

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), criados a partir de 1987, configuram-se como serviços estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), caracterizados por atendimento aberto e comunitário, realizado por equipes multiprofissionais sob perspectiva interdisciplinar. Atuam prioritariamente junto a pessoas com sofrimento ou transtorno mental grave, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas. Seu objetivo é oferecer atendimento clínico, promover a reinserção social e fortalecer a rede social de seus usuários, sendo classificados de acordo com seu nível de complexidade, população do território de abrangência e horário de funcionamento (Brasil, 2015; Leão, 2006; Wachholz; Mariotti, 2009).

A atuação de terapeutas ocupacionais nos Centros de Atenção Psicossocial está prevista pela portaria 336/02, nas três modalidades de CAPS (I, II, III), como uma das possíveis categorias profissionais integrantes da equipe técnica mínima (Brasil, 2002).

O trabalho da Terapia Ocupacional no campo saúde mental remonta a um longo percurso que se inicia com a sistematização do uso terapêutico da ocupação nas instituições psiquiátricas. Nesse contexto, as atividades eram utilizadas para suprimir a ociosidade e garantir a manutenção e organização do ambiente asilar, introduzindo a ideia de que o melhor tratamento baseava-se no trabalho mecânico e rigoroso (Shimoguri; Costa-Rosa, 2017). No entanto, com a formalização e construção da Terapia Ocupacional como profissão, ocorreram diversas transformações em seu campo teórico-técnico, concomitantes ao avanço dos movimentos de Reforma Sanitária e Psiquiátrica. Essas mudanças provocaram um

redimensionamento de sua prática, assim como das demais profissões do campo da saúde mental. A começar pelo uso normativo e disciplinar da atividade, com influência de conceitos psicodinâmicos, essa concepção foi substituída pela compreensão do fazer significativo como um meio de expressão, experimentação e elaboração do sofrimento. Assim, a atenção se volta para a ação do indivíduo, analisada a partir de sua história, subjetividade, expressividade e capacidade de comunicação (Costa; Almeida; Assis, 2015).

Para além da atividade, a prática com grupos é também reconhecida como um recurso muito utilizado por terapeutas ocupacionais no campo da saúde mental (Juns; Lancman, 2011). A atuação da Terapia Ocupacional com grupos vem se consolidando desde a década de 1960, quando se incorporaram abordagens grupais e experiências em oficinas e ateliês de atividades (Galheigo et al., 2018). Com o marco da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o movimento da Reforma Psiquiátrica, a Terapia Ocupacional adotou uma postura crítica, direcionando suas práticas para a emancipação dos indivíduos e coletivos atendidos, nesse contexto, os grupos desempenharam o papel de ativadores desse processo, tornando-se essenciais para a produção de cuidado baseada em uma perspectiva crítica (Galheigo et al., 2018, Couto, 2023).

As experiências inaugurais com grupos vivenciadas nos Centros de Atenção Psicossocial mostraram-se como um dos caminhos para estruturar um cuidado em que o usuário, apoiado, envolvia-se ativamente na construção de seu processo e trajetória de vida. O foco dessas práticas voltava-se ao trabalho coletivo e nas formas de sociabilidade que pudessem emergir desse contexto, explorando possibilidades de criação de outros territórios existenciais por meio da experimentação de novos espaços e linguagens (Lima, 2004).

Esse modelo de grupo, estruturado a partir de um cuidado alinhado às perspectivas da Atenção Psicossocial, também dialoga com a perspectiva da terapia ocupacional na constituição de grupos. Para Maximino e Liberman (2015), um bom grupo é aquele que oferece um ambiente de confiança, favorecendo encontros entre sujeitos, objetos e ideias, onde os participantes possam se conectar e sentir-se apoiados.

A Terapia ocupacional em sua atuação profissional ao contemplar o cotidiano dos sujeitos, reconhece que as relações grupais constituem a vida cotidiana, compreendendo o trabalho grupal como tecnologia de cuidado essencial à profissão. No desenvolvimento desse trabalho, o terapeuta ocupacional assume uma função primordial para o seu acontecimento, atuando como mediador das relações e dinâmicas que emergem no acontecer do grupo (Costa, 2015).

Costa (2015) destaca que o grupo não possui uma essência terapêutica, mas pode tornar-se terapêutico em processo, a partir da presença desse mediador atento às interações e disponível para facilitar trocas e coletivizar demandas, ao mesmo tempo em que busca tornar-se dispensável. A perspectiva da autora alinha-se à prática da desinstitucionalização que deve ser assumida pelos profissionais nos serviços substitutivos. Como apontam Ribeiro e Bezerra (2015), esses profissionais devem atuar como interlocutores nas relações entre o usuário e a comunidade, emprestando temporariamente seu poder contratual até que os sujeitos possam estabelecer essas trocas de forma autônoma. Desse modo, apreende-se que os grupos configuram-se como dispositivos capazes de apoiar a concretização da proposta do modelo psicossocial, frente à promoção da contratualidade social.

No contexto dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) a abordagem grupal tem se constituído como uma importante ferramenta de intervenção. Segundo o estudo de revisão de literatura conduzido por Menezes e Pegoraro (2019), as práticas grupais têm auxiliado os usuários na apropriação de suas histórias e ressignificação da saúde, promovendo processos emancipatórios. Além disso, podem proporcionar um ambiente de acolhimento e interação, onde o apoio mútuo e o compartilhamento de experiências fortalecem o aprendizado e o desenvolvimento pessoal, ampliando e fortalecendo vínculos para fora da instituição.

Apesar do uso de atividades e experiências com grupos serem amplamente discutidas na formação de terapeutas ocupacionais, essas práticas não são restritas à profissão, sendo comuns a todos os profissionais que trabalham em serviços de assistência à saúde mental, como os CAPS (Juns e Lancman, 2011).

Desse modo, diversas produções têm se dedicado a discutir sobre a especificidade da terapia ocupacional nesse serviço (Assad; Pedrão; Cirineu, 2016; Juns; Lancman, 2011; Almeida; Trevisan, 2011; Trevisan; Almeida; Barros, 2023).

Alguns estudos têm indicado que a especificidade da terapia ocupacional se dilui diante da perspectiva de integralidade e da rede, que orienta o cuidado em saúde, propondo a realização de um trabalho interdisciplinar (Assad; Pedrão; Cirineu, 2016; Trevisan; Almeida; Barros, 2023). Em vista disso, os terapeutas ocupacionais não buscam reivindicar sua especificidade dentro dos serviços, pelo contrário, são reconhecidos como profissionais que contribuem para concretização dessa proposta, uma vez que demonstram flexibilidade no reconhecimento do limite de suas competências, não se importando de dispor de ferramentas comuns a outros profissionais para desenvolver uma boa integração com a equipe (Trevisan; Almeida; Barros, 2023).

Almeida e Trevisan (2011) apontam ainda que a especificidade da terapia ocupacional não pode ser definida a partir de seu produto, visto que os objetivos da profissão coincidem com os da Reabilitação Psicossocial. Assim, o uso do referencial da Reabilitação Psicossocial pelos terapeutas ocupacionais para orientar suas práticas em saúde mental é outro fator que se soma a essa diluição.

Tendo em vista essa relação, entende-se que o propósito da profissão, da equipe e do serviço como um todo, deve ser o mesmo: a (re)construção da contratualidade social do sujeito, o resgate de sua capacidade de produzir sentido (Saraceno, 1998). Assim, toma-se como dever da terapia ocupacional, e de todas as outras profissões que se dedicam ao cuidado em saúde mental, aquilo que Saraceno (2001) aponta como a função da reabilitação e da psiquiatria: dignificar esse sentido, acompanhando o sujeito em espaços não protegidos e socialmente abertos à produção de sentidos, valores e trocas sociais.

A ação de mediar as interações e conflitos em espaços não protegidos é denominada empréstimo de poder contratual e diz respeito à utilização do prestígio, delegação e reconhecimento social do profissional para articular novas experiências e relações renovadas aos usuários (Kinoshita, 2016). Essa intervenção é temporária e deve ser realizada de maneira gradual, permitindo que o sujeito desenvolva gradualmente as habilidades necessárias para realizar esse intercâmbio de forma cada vez mais autônoma (Ribeiro; Bezerra, 2015).

Tendo em vista a presença da Terapia Ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o seu papel de apoio no processo de restituição de contratualidade dos usuários do serviço, este trabalho se dedica a relatar, analisar e refletir sobre como as ações desenvolvidas pela terapia ocupacional junto a um grupo de usuários do CAPS, podem ser promotoras de contratualidade social.

2. OBJETIVO GERAL

Relatar a experiência de uma estudante de Terapia Ocupacional, a partir da sua atuação como extensionista em um grupo desenvolvido em um CAPS II, com o enfoque na descrição e reflexão acerca das ações desenvolvidas junto aos participantes e a promoção de contratualidade social.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência que metodologicamente é classificado como um tipo de narrativa. Nesse formato, o autor narra, por meio da escrita, uma experiência vivida a partir de observações subjetivas e objetivas, envolvendo problematizações, intervenções e técnicas empregadas (Grollmus; Tarrés, 2015).

Partindo dessa perspectiva, estruturou-se o presente trabalho, a partir da experiência e registros da prática de uma estudante de terapia ocupacional e extensionista em um projeto desenvolvido no CAPS II, acerca das ações desenvolvidas junto a um grupo de usuários do serviço e a promoção de contratualidade social.

O instrumento utilizado foi composto por relatórios e diários de campo semanais, elaborados pela estudante em formato digital na plataforma Google Docs, nos quais foram registrados todos os encontros, incluindo descrições das ações desenvolvidas, percepções sobre o grupo e reflexões acerca do impacto das propostas realizadas. Os registros também estabeleceram um paralelo com a atuação da Terapia Ocupacional e evidenciaram aspectos da experiência que se mostraram propulsores da proposta grupal, especialmente no apoio ao estabelecimento de novas atividades no cotidiano e no fortalecimento das relações dos usuários com diferentes pessoas e espaços, para além do serviço do CAPS.

3.1 Contextualização do grupo e seus participantes

O grupo denominado “Projeto de Vida”, onde se deram as experiências que serão narradas a seguir, é um projeto de extensão que resultou da parceria entre o Departamento de Terapia Ocupacional (DTO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o CAPS II de um município do interior do estado de São Paulo. Iniciado em 2020, em um contexto pandêmico, as atividades, naquele momento, ocorriam de maneira remota até o retorno das atividades presenciais em 2022. O grupo é coordenado por uma docente do DTO, com o apoio de alunos estagiários e extensionistas do curso de terapia ocupacional da UFSCar (Morato, 2024).

O “Grupo Projeto de Vida” tem como principal foco apoiar seus participantes na construção de projetos de vida, com o objetivo de facilitar o ingresso ou retorno à vida comunitária e social, possibilitando trocas afetivas e sociais com outros membros da comunidade, assim como intercâmbios com equipamentos culturais e de lazer. A intenção é garantir que essas trocas ocorram de maneira efetiva no cotidiano real dos indivíduos,

fortalecendo a contratualidade social e promovendo a inclusão social e o exercício da cidadania (Morato, 2024).

Os encontros do grupo ocorrem semanalmente, de modo presencial, com duração média de 2 horas. Geralmente se inicia o semestre com atividades no espaço do CAPS, mas ao longo do período, são alternados com encontros em espaços externos. A dinâmica do trabalho é moldada de acordo com as necessidades e interesses dos usuários, em que todas as propostas de atividades, tanto individuais quanto coletivas, são construídas, pensadas e realizadas junto aos participantes. Os principais recursos utilizados incluem oficinas com diversas propostas de autocuidado e experimentação de novas atividades, visitas a locais de interesse na cidade, atividades artísticas ou manuais para promover expressão e comunicação, construção de símbolos de identificação do grupo e a criação de produtos concretos e visuais, que auxiliam no planejamento coletivo e individual do grupo.

O público alvo desse grupo são usuários do CAPS II que apresentam quadro clínico estável e necessitam de apoio para projetar a vida para além do serviço de saúde mental. O perfil do grupo é predominantemente formado por homens adultos, com idades que variam entre 27 e 50 anos, questões como dificuldades nas relações sociais, o desejo de retornar ao mercado de trabalho ou aos estudos são outros elementos que refletem o perfil desse grupo.

Os apoios individuais no contexto do grupo funcionam como um espaço personalizado em que os participantes recebem atenção específica para desenvolver seus Projetos de Vida, comumente chamados de Pequenos Projetos Individuais. Esses encontros são pensados para proporcionar um ambiente que explore os desejos e necessidades de cada participante.

Os Projetos de Vida são pequenos projetos desenvolvidos a cada semestre, baseados nesses interesses e desejos específicos de cada participante. Durante essa fase, o grupo se organiza de forma a permitir que cada estagiária(o) e/ou extensionista ofereça suporte no planejamento, execução e acompanhamento das atividades. A elaboração desses projetos busca estimular e apoiar a realização de novas atividades e experiências que os participantes desejam integrar em sua vida cotidiana, incentivando-os a assumir novos papéis e explorar novas vivências.

Para além do apoio aos Projetos de Vida, intenciona-se a criação de espaços de sociabilidade e a experimentação e fortalecimento da contratualidade social. Como estratégia para alcançar esse objetivo, busca-se fortalecer os vínculos entre os participantes, visando que se apoiem nesse processo e realizem atividades conjuntas fora do serviço. O intuito é promover a integração do grupo, para que se construam como unidade cada vez mais autônoma, reduzindo gradualmente a dependência da nossa mediação. Assim, os participantes

estarão mais abertos e sensíveis para transpor as experiências, trocas e aprendizados na vida cotidiana (Morato, 2024).

É neste cenário que emerge o presente Relato de Experiência, a partir da construção de aprendizados e vivências de uma estudante de Terapia Ocupacional extensionista, junto aos participantes do grupo denominado “Grupo Projeto de Vida - uma oficina de apoio à (Re)Construção de itinerários e projetos de vida de usuários do CAPS II”.

3.2 Contextualização da entrada e participação da estudante neste grupo

A experiência aqui narrada ocorreu entre os meses de outubro de 2023 e agosto de 2024, durante a participação da estudante em um projeto de extensão realizado no CAPS II, vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. A inserção da estudante nesse grupo se deu a partir do interesse em compreender, de maneira mais próxima, a dinâmica e funcionamento dos serviços de Saúde Mental, com destaque para a realização de grupos conduzidos pela Terapia Ocupacional em CAPS.

Esse processo se iniciou desde as primeiras aulas da graduação que abordaram a trajetória de constituição desse campo, o que despertou uma mistura de inquietação e desejo de transformação. Esses sentimentos motivaram meu interesse em investigar o campo no meu trabalho de conclusão de curso. No entanto, compreendi a necessidade de estar mais próxima da prática cotidiana para validar esse interesse e definir com mais clareza o foco do meu estudo. Com o apoio da minha orientadora, ingressei em um projeto de extensão no CAPS, com o objetivo inicial de vivenciar e compreender de forma concreta os desafios e potencialidades desse ambiente.

Anteriormente a essa experiência, ainda existiam questionamentos sobre qual era o lugar da Terapia Ocupacional no serviço, como se dava essa atuação e qual era a relação com os demais profissionais. Ao longo do processo, pude observar como a Terapia Ocupacional compõe de forma significativa o trabalho interdisciplinar, trazendo contribuições valiosas e perspectivas singulares à formação profissional.

Através das vivências e estudos dirigidos que orientaram nossas ações e raciocínio, foi possível ver teoria e prática se integrando, o que me possibilitou ver com mais clareza aquilo que Yasui (2016) denomina de “conceitos-ferramentas”, que nos ajudam a conectar o plano conceitual, que define o que fazer, com o plano das práticas, que orienta como executar essas ações. Passei a relacionar conceitos estudados com cenas vivenciadas e pude compreender

como o grupo, as relações estabelecidas com pessoas e espaços, e as atividades realizadas de forma coletiva, impulsionam e fortalecem a caminhada desses sujeitos para além do serviço.

Foi a partir da maneira de como construí e assimilei conceitos, ao compará-los com minha experiência prática, somado ao desejo desperto de refletir e entender quais estratégias efetivamente tem potencial para promover a contratualidade social, que me senti impulsionada a relatar minha experiência no grupo. Compreendi que isso seria muito importante para meu processo de formação, bem como poderia contribuir para a necessidade de desenvolver produções que articulem práticas com o conceito da Reabilitação Psicossocial, neste relato com destaque para o conceito e a prática da contratualidade social.

4. CENAS-INTERVENÇÕES: NARRANDO PROCESSOS TERAPÊUTICOS OCUPACIONAIS RUMO À VIDA LÁ FORA

Esta seção apresentará a experiência da estudante, vivenciada enquanto extensionista, em um projeto desenvolvido em um CAPS II, por meio de cenas-intervenções que emergiram no contexto grupal, a partir de atividades propositivas e situações que reverberaram no acontecer do grupo. A seleção dessas cenas considerou recortes do processo grupal que demonstraram seu potencial de favorecer, aos participantes, a experimentação de outras atividades e cenários da vida cotidiana, podendo ampliar as possibilidades de participação social para além dos limites institucionais. As cenas serão descritas e analisadas à luz dos referenciais da terapia ocupacional no campo da saúde mental e da atenção psicossocial, com o objetivo de identificar embriões e vislumbres de processos de contratualidade social dos sujeitos.

Para a construção desse relato, participei de encontros semanais do grupo ao longo de 10 meses, vivenciando e colaborando no processo de proposição de atividades junto a três diferentes grupos de estagiários, que se sucederam a cada período de estágio, conforme o calendário acadêmico da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Durante esse período, além da participação nas atividades coletivas e das visitas a espaços externos ao serviço, também tive a oportunidade de participar de apoios individuais, nos quais foram pensados e desenvolvidos, junto aos usuários, pequenos projetos baseados em interesses pessoais.

4.1 “ O projeto ‘Jogo da Memória’: expandindo horizontes relacionais”

Na proposta de organização do grupo, cada semestre é estruturado a partir de atividades coletivas, que podem ocorrer tanto no serviço quanto em visitas a diferentes lugares da cidade, e atividades individualizadas, realizadas durante os acompanhamentos individuais. Essa organização tem como eixo norteador a ideia de construção de pequenos projetos, sejam eles individuais ou pensados para o grupo de maneira coletiva, os quais nascem a partir de sonhos, desejos e pedidos compartilhados pelos participantes do grupo. Não há rigidez na definição desses períodos, permitindo que as atividades se alternem ao longo das semanas, conforme as demandas e necessidades que emergem no grupo e de seus participantes. Os apoios individuais, no contexto desse grupo, são espaços personalizados de elaboração, planejamento e sustentação na construção de pequenos projetos que dialoguem com os interesses, desejos e necessidades de cada participante.

Esses projetos são comumente chamados no grupo de "pequenos projetos individuais", uma vez que o termo "Projeto de Vida", que dá nome ao grupo, pode gerar resistência nos participantes, especialmente quando associado à ideia de uma decisão de grande responsabilidade, ou um planejamento para vida toda. O uso de nomenclaturas mais leves e flexíveis permite que os participantes enxerguem esses projetos como construções em processo, possíveis no presente, tornando-se mais disponíveis a explorar novas atividades, sempre abertas a mudanças e reconfigurações conforme seus interesses e necessidades se transformam ao longo do tempo.

O objetivo do apoio na elaboração e execução desses pequenos projetos é promover novas experiências, incentivar os participantes a se arriscarem em novos papéis e atividades, bem como encorajar e apoiar a sustentação de tais projetos investidos. Muitos desses projetos partem de desejos já elaborados por alguns participantes, tornando-se ponto de partida desses acompanhamentos. Entretanto, em alguns casos, esse desejo não se mostra prontamente elaborado, sendo necessário explorar interesses junto ao sujeito em um processo cuidadoso de experimentação e construção conjunta para que em algum momento esse desejo possa emergir e ganhar forma.

O projeto "Jogo da Memória" foi pensado e desenvolvido junto a um dos integrantes do grupo, como parte de seu pequeno projeto durante a etapa dos apoios individuais.

A ideia do jogo surgiu a partir do levantamento dos interesses do sujeito, realizado por meio de listas que exploravam seus gostos, preferências e experiências anteriores com o grupo. Durante esse processo, o desejo constante de viajar para a Europa para visitar um

familiar gerou uma discussão sobre a necessidade de se comunicar em diferentes idiomas, o que inspirou a criação dessa proposta. Embora a realização de qualquer projeto relacionado à concretização da viagem estivesse fora do escopo do grupo, buscou-se direcionar esse interesse para uma atividade prática, centrada em uma temática relevante para o sujeito e com potencial para despertar o interesse em aprender algo novo, como um novo idioma.

Essa proposição fundamenta-se em estudos da terapia ocupacional que compreendem que realizar atividades não resulta apenas na criação de produtos, mas também exige que se estabeleça uma relação com o próprio ato de produzir. Nesse contexto, a atividade se torna um instrumento capaz de provocar transformações, uma vez que, ao integrar a dinâmica triádica sujeito-terapeuta-atividade, pode desempenhar um papel ativo no surgimento de novos processos (Benetton; Marcolino, 2013).

O levantamento de interesses foi uma etapa crucial desse processo, através da elucidação de feitos, conquistas, aprendizados e preferências, buscou-se estimular uma reflexão sobre o papel do grupo nesses processos do participante. O objetivo foi promover uma análise interna, ajudando o participante a considerar novos papéis que poderia assumir na vida e novas atividades nas quais gostaria de se envolver sozinho ou com grupo.

No planejamento inicial, foram escolhidas, junto ao sujeito, palavras relacionadas ao futebol, tema de grande importância para o participante. A partir desse conjunto de palavras foram apresentadas diversas sugestões de imagens para simbolizar cada termo. O participante optou por substituir algumas imagens e manteve outras que considerou adequadas. Nos encontros seguintes, pesquisamos a tradução de cada palavra na língua inglesa utilizando a ferramenta Google Tradutor, explorando também o recurso de voz para ouvir a pronúncia simultânea de cada palavra. Durante esse processo, de forma propositiva, mas descontraída, passei a repetir algumas pronúncias, incentivando o participante a fazer essa tentativa; o intuito foi tornar o contato com o novo idioma mais leve e espontâneo, favorecendo a aproximação da ideia de aprender outra língua como uma possibilidade para seu cotidiano. Diante dessa proposta, o participante demonstrou interesse em explorar as traduções e pronúncias das palavras em outros idiomas, como japonês, italiano, russo e juntos investigamos essas possibilidades utilizando as ferramentas disponíveis.

Essas inúmeras tentativas de provocação do sujeito para a ampliação do seu fazer cotidiano são parte do trabalho com vistas ao exercício da contratualidade social e ao retorno à vida comunitária, uma vez que somos reconhecidos por aquilo que fazemos nas diversas dimensões da vida social (Saraceno, 2016).

Alinhada aos objetivos da Atenção Psicossocial, a Terapia Ocupacional, como campo de pesquisa e intervenção, se importa com as atividades realizadas pelos sujeitos. Através delas, as pessoas se relacionam e se identificam, resgatam histórias, revelam interesses, capacidades e potencialidades, permitindo descobrir novos caminhos de produção (Salles; Matsukura, 2013).

Essas atividades realizadas dia após dia tecem a dimensão cotidiana da vida — um espaço-tempo que abrange o individual e o coletivo, um lugar de possibilidades e recursos, mas também de desafios, em que os sujeitos exercitam escolhas, elaboraram meios de enfrentamento e resistência e reinventam as formas de existir e fazer no mundo (Galheigo, 2020).

O cotidiano pode ser dividido em diferentes espaços-tempo, nos quais se vivem diferentes cotidianidades. Em outras palavras, trata-se de múltiplas formas de organizar a vida, de se relacionar, de enfrentar limites, de criar possibilidades e de realizar atividades nos cenários doméstico, produtivo, comunitário, do mercado, da cidadania e mundial (Santos, 2007 apud Galheigo, 2020). Esses diferentes espaços e experiências cotidianas remetem, em muitos sentidos, aos cenários da contratualidade social, pois é neles que os sujeitos constroem relações, fazem escolhas, exercitam direitos e responsabilidades e participam ativamente da vida comunitária. Assim, pode-se afirmar que é no espaço-tempo cotidiano que se encontra o solo fértil para o exercício da contratualidade social.

No contexto desse serviço, além de uma espécie de fratura no reconhecimento social, a rotina e o fazer de muitos usuários encontram-se fragilizados e fragmentados pela erosão do cotidiano, um cenário em que sofrimento e exclusão comprometem o contorno e a organização necessários para sustentar projetos de vida (Kujawski, 1991 apud Benetton, 2009), justificando, assim, a importância de espaços e estratégias de intervenções que resgatem essa dimensão na vida dos sujeitos usuários dos serviços.

Nesse sentido, o incentivo e apoio ao início de novas atividades são partes de uma intervenção voltada à reconstrução e à ampliação do cotidiano e, consequentemente, ao fortalecimento do exercício da contratualidade social. Em razão disso, além da construção do jogo, foram realizadas provocações com o objetivo de estimular a exploração de novas possibilidades para o cotidiano.

Retomando a descrição do processo de produção do jogo, cada par de cartas exibía a mesma imagem, sendo uma com a palavra em português e a outra com sua correspondente em inglês. Após a finalização dessa primeira etapa de forma digital, avançamos para sua materialização, recortando as imagens impressas e colando-as em papel Paraná, previamente

cortado nas dimensões adequadas para as cartas; para o verso de cada uma delas, o participante optou pelo escudo do time para o qual torce.

Mais do que o produto final, o que procuro destacar aqui é a experiência de um fazer compartilhado, evidenciando como, em terapia ocupacional, o fazer junto pode facilitar a ação e transformar os seus sentidos (Maximino, 1997).

Para essa profissão e campo científico, nenhum fazer é neutro ou isolado, pois envolve sempre uma relação com o mundo das coisas e das pessoas, já que histórica e socialmente os sujeitos se encontram no ato de produzir juntos. Nesse encontro com o outro, os grupos internos de cada indivíduo — suas representações e referências — se confrontam, deslocando aquilo que era conhecido. Por essa razão, fazer junto é também se arriscar, ao abrir espaço para diferentes modos de agir, pensar e viver. Esse fazer compartilhado pode gerar identificações, seja pela ação em si ou pelos objetivos que unem os envolvidos (Maximino, 1997; Maximino; Liberman, 2015). Desse modo, entende-se que o fazer é um ato relacional, e o fazer junto, no contexto terapêutico, pode provocar transformações que alteram os modos de fazer atividades e de se relacionar a partir delas.

Nessa experiência, o fazer junto abriu espaço para experimentar e retomar novas e antigas práticas que já não faziam parte do cotidiano do participante, como processos criativos, tarefas manuais (recortar, colar e escrever) e momentos de diversão compartilhada — tarefas nas quais o sujeito não se percebia habilidoso, mas com incentivo e um espaço aberto para experimentação participou ativamente de cada etapa: desde o uso do computador para a escolha das figuras representativas e a pesquisa das traduções; passando pelo cuidado em recortar cada imagem no contorno delimitado e, em seguida, distribuir a cola de forma uniforme, posicionando com agilidade e precisão sobre as bases de papel Paraná; até a prática do próprio jogo após sua finalização e, por fim, o zelo com o produto, refletido na confecção de uma caixa em papel cartão para guardá-lo. Na relação estabelecida durante essa construção, novas conexões foram tecidas atribuindo novos sentidos à finalidade do produto.

Em sua proposta inicial, o jogo foi idealizado a fim de envolver o sujeito em um novo projeto e possivelmente despertar o interesse em aprender uma nova língua; essa abordagem se pautou na proposta do grupo alinhada à promoção de contratualidade, que, dentre outros aspectos, vislumbra o retorno do sujeito à vida comunitária e social através do apoio a projetos que favoreçam a ampliação de seu valor social, de sua capacidade de negociação e consequente assunção de novos papéis (Saraceno, 2016; Kinoshita, 2016).

No entanto, finalizado o produto, não se observaram os movimentos esperados em direção ao que foi idealizado pela extensionista — no que diz respeito à exploração de novos

fazeres cotidianos, como aprofundar o conhecimento de uma nova língua ou se aproximar da cultura de outro país — ainda assim, os resultados obtidos apontam para o sucesso da proposta, uma vez que os movimentos seguiram em direção ao que foi idealizado pelo sujeito para seu produto, que atribuiu novas finalidades para o uso do jogo, permitindo, à extensionista, compreender um pouco mais a fundo por onde passavam seus desejos e necessidades.

Segundo Benetton (1994), o produto de um trabalho é uma aquisição particular de quem se propôs a criá-lo. Essa aquisição envolve expectativas, motivos e desejos contidos na sua idealização, que se manifestam no produto final. Desse modo, há um investimento na sua realização que, em primeiro plano, está no plano afetivo.

Nesse processo de criação e apropriação, o uso da atividade foi uma ferramenta de extrema importância para a realização do projeto e consequente construção de sentido. A sugestão temática do futebol para a construção do jogo foi um dos elementos que proporcionou o envolvimento do participante na atividade, visto a afeição do sujeito por esse símbolo, o que trouxe uma marca importante de sua identidade.

A totalidade do processo trouxe indícios de um envolvimento e protagonismo do sujeito, já que cada elemento do jogo foi pensado, escolhido e desenvolvido por ele. O grau elevado de dificuldade da atividade, que envolveu o uso de outras línguas e habilidades manuais, também reafirma as capacidades do indivíduo.

Para o sujeito destituído de seu valor pelo estigma da “doença mental” (Kinoshita, 2016), a possibilidade de aprender, fazer e produzir potencializa o resgate de seu poder contratual, por meio do enriquecimento de habilidades reconhecidas socialmente e, consequentemente, da habilidade para o exercício da contratualidade (Martins et al., 2010). Essa habilidade refere-se ao conjunto de recursos do sujeito – materiais, psíquicos e culturais – que possibilitam a produção de valor social e a circulação em espaços de troca (Martins et al., 2010; Nascimento; Silva, 2020).

Entretanto, esse desafio não apenas possibilitou a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, mas também alcançou um objetivo muito maior: a transferência dos sentidos construídos para seu cotidiano real, permitindo projetar outras atividades significativas, como jogar com o sobrinho.

Esse deslocamento do jogo para o campo das relações fora do CAPS marca o início de uma busca por fortalecimento do tecido social. Ainda que em estado embrionário, esse gesto carrega elementos importantes de um processo de restituição do poder contratual. Ao se abrir à possibilidade de trocar afetos, desejando pertencer, dentro de suas possibilidades, à vida

comunitária, o sujeito pode ampliar sua capacidade de negociação no cenário de sua rede social (Saraceno, 2016; Kinoshita, 2016).

Ao expressar a intenção de usar o jogo para brincar com o sobrinho, atribuiu a ele uma função concreta em seu cotidiano, que se distancia de sua proposição inicial, mas se aproxima do real objetivo do trabalho ao atingir outras dimensões do cotidiano do sujeito.

Outro recorte que ilustra e reafirma esse impacto é o resgate do jogo após um período de sua finalização; no início dos acompanhamentos individuais do semestre seguinte foi solicitado que o sujeito levasse o jogo para apresentá-lo a uma das extensionistas que também o acompanharia nesse processo. A intenção de solicitar esse resgate foi compreender o sentido que o sujeito atribuiu a essa construção, observando, por exemplo, o zelo com que cuidou do jogo e seu interesse em reviver experiências como essa, mas ao final do encontro, de maneira inesperada, o sujeito questionou se não iríamos jogá-lo. Diante disso, foi possível notar sua intencionalidade em estreitar a relação e ocupar um lugar mais ativo nas interações, sinalizando uma busca por reconhecimento no contexto relacional.

Na dinâmica das negociações que constituem a dimensão social, o jogo se estabeleceu como ferramenta facilitadora de sociabilidade, criando um espaço aberto para o intercâmbio com outras pessoas (Saraceno, 2001). O impacto da atividade, para além do contexto imediato, dá indícios de que o processo de fazer, bem como o produto, tiveram potencial de agir como mediadores no estabelecimento de trocas sociais, fortalecendo o exercício da contratualidade do sujeito no cenário social, à medida que se experimenta, de forma inaugural, como alguém que convida outras pessoas para a interação.

Vale ressaltar que nesse processo em que se vislumbra de forma embrionária o exercício da contratualidade, o elemento propulsor não está na atividade em si, tampouco no produto final enquanto objeto, mas no investimento do sujeito no processo de criação e no estabelecimento da relação com o que produz (Benetton; Marcolino, 2013). Nesse sentido, não é o produto que media diretamente a contratualidade, mas a possibilidade de estar ativo no próprio percurso, experimentando, elaborando e trazendo marcas de sua própria identidade e autoria.

Também é importante destacar que a contratualidade social não deve ser compreendida como um objetivo final do processo de reabilitação psicossocial. O fortalecimento do poder contratual não representa um lugar que se almeja chegar, mas um caminho para o alcance de níveis maiores de autonomia no convívio social e para resgate da cidadania perdida (Pitta 2016, Martins et al., 2010). A construção do jogo e sua posterior atribuição de sentido no cotidiano expressam justamente esse movimento, sustentado não pela lógica do desempenho e

produtividade, tampouco pela mensuração desse avanço por meio de uma régua social normativa, mas pela transformação na instauração de novos processos de trocas sociais evidenciados pelo participante.

4.2 “Um olhar sobre o fazer grupal: o fortalecimento das atividades de trabalho”

O início do primeiro semestre de 2024 contou com a chegada de novos estagiários em um momento de retomada do grupo após o recesso. Embora na maior parte do tempo os participantes permaneçam os mesmos, a presença de novos rostos, com suas histórias e modos de estar, convida o grupo a reorganizar seus vínculos, sendo necessário fazer-se conhecer novamente. Nesse período as relações são tensionadas pelas novas presenças, e tanto os participantes quanto os novos estagiários tendem a se manter mais contidos até que a dinâmica do grupo se restabeleça.

Para esses momentos, estudos de terapia ocupacional sobre coordenação de grupos oferecem ferramentas importantes. Maximino e Liberman (2015) apontam que um dos primeiros passos no trabalho com grupos é ampliar as possibilidades de estar, ou seja, criar condições para que os diferentes ritmos possam se encontrar, favorecendo a integração dos participantes. Para isso, é necessário estar atento aos estados de presença, a fim de provocar movimentos que aqueçam todos para a ação. Nessa perspectiva, o uso de diferentes estratégias, como dinâmicas, brincadeiras, vivências corporais e sensoriais, pode mobilizar os participantes, ajustando sua cadência e envolvimento conforme as necessidades do próprio grupo.

Como de costume, iniciamos o encontro com uma proposta de alongamento, no qual cada participante se apresentou dizendo seu nome e na sequência sugeriu um movimento. Essa abordagem tem como objetivo preparar o corpo para a ação, mas também é uma aliada para ajudar a aliviar as tensões iniciais. Esse momento, que pode envolver alongamento, práticas sensoriais ou uma dinâmica, tornou-se uma espécie de cerimônia de iniciação de cada encontro do grupo, uma proposta que se adequa às suas demandas, promovendo momentos de descontração e brincadeira, ou ainda favorecendo o início das atividades com mais concentração e disposição.

Na sequência do encontro, propôs-se para esse primeiro dia uma atividade de apresentação de cada integrante, em que confeccionamos em folhas sulfite uma representação visual de nós mesmos, podendo refletir nossa história, gostos e interesses.

Embora a atividade pareça simples, o processo criativo é mais complexo do que parece à primeira vista. Durante essa experiência, percebi que expressar quem somos demanda um esforço introspectivo significativo. Não se trata apenas de colocar ideias no papel, mas de explorar aspectos sobre nossa identidade que, muitas vezes, não são verbalizados cotidianamente, isso nos desafia a encontrar símbolos que capturem nossa essência, ao mesmo tempo em que consideramos como esses elementos serão percebidos pelos outros.

Diante disso, o uso de determinadas ferramentas pode facilitar esse processo. Antes do início da atividade, a equipe espalhou sobre a mesa diversos materiais, como revistas, tintas, lápis, giz de cera, fitas e lantejoulas, além de incentivar os participantes a explorarem os armários em busca de outros elementos que desejassem utilizar. Nesse contexto, os recursos podem desempenhar um importante papel ao nos ajudar a expressar ideias e a evocar lembranças, tornando mais fácil trazer à tona aspectos de nossa identidade.

Essa abordagem, parte do pressuposto da Terapia Ocupacional apresentado por Benetton (1994), de que os materiais são fundamentais para nossa atuação, pois ao serem manipulados e utilizados para fazer atividades, podem despertar pulsões, emoções e sensações, permitindo acessar camadas da subjetividade que ainda não estão expressas em linguagem, mas que podem ser sentidas e comunicadas por meio do corpo e do fazer.

Finalizadas as produções, realizamos um sorteio para que cada participante tentasse adivinhar a quem pertencia a criação retirada. Apesar da disponibilidade de materiais e do apoio de estagiários e extensionistas durante o processo, foi possível observar, por meio dos elementos presentes em cada representação, a dificuldade de alguns participantes em reconhecer e expressar seus gostos e fazeres.

A obra de um dos participantes chamou atenção por trazer poucos desses elementos: a ilustração de sua bicicleta, meio de transporte que mais utiliza, e a representação de seu cachorro. Ambos os desenhos foram feitos em uma única cor, colocados timidamente no canto da folha, sem maiores elaborações sobre o que conseguia comunicar sobre si naquele momento.

Uma das estagiárias notou a cor verde por toda a produção e colocou destaque ao elemento, questionando se havia algum significado para essa escolha, o participante respondeu que é a cor do time de futebol pelo qual torce, e abriu-se então um espaço potencial para reafirmação e reconhecimento. Nesse momento a coordenadora do grupo e mediadora da atividade aproveitou a deixa para ressaltar outros atributos sobre ele, como a recente conclusão de sua formação técnica, seu conhecimento e interesse por yoga, além de seu senso de humor aguçado, que frequentemente anima o grupo com suas piadas.

O principal objetivo dessa dinâmica não foi apenas conhecer melhor cada participante, mas também estimular a reflexão e a comunicação daquilo que gostamos e que nos representa, com o desafio adicional de adivinhar a autoria das produções, o que exige estar atento ao outro e refletir sobre elementos que nos identificam.

Saber reconhecer e comunicar sobre interesses e singularidades é uma habilidade muito requerida para o intercâmbio social, uma vez que nos permite trocar experiências através do que fazemos e gostamos. Quando alguém é capaz de expressar sobre seus gostos, desejos e atividades, abrem-se possibilidades concretas de trocas e reconhecimento de sua presença na sociedade, o que é substância elementar para o exercício de seu poder de negociação, pois trata-se da afirmação do valor social, que permite ser visto e reconhecido por aquilo que é capaz de produzir (Saraceno, 2001).

Essa experiência reverberou de forma muito positiva entre os participantes, estimulando-os a revisitar suas histórias e experiências, e a ter seus interesses e fazeres reconhecidos e revalidados pelo grupo. Ao final da dinâmica, nos reunimos para refletir sobre esses aspectos e a coordenadora do grupo perguntou aos participantes como havia sido o processo de criação e qual a importância de poder compartilhar mais sobre si mesmos. Foi nesse momento que o integrante, cuja representação tímida de seus gostos e habilidades chamou a atenção anteriormente, surpreendeu a equipe ao trazer à tona a dimensão do trabalho para discussão. De maneira inusitada, ele mencionou que a atividade lhe parecia útil para uma entrevista de emprego. Embora o foco da dinâmica não fosse esse, a experiência assumiu para ele o papel de reafirmação de suas qualidades, preparando-o para situações em que precisaria se apresentar de forma autêntica.

Essa resposta deu indícios de que a exploração de um projeto futuro de trabalho já estava em curso dentro dele. Tal processo pôde ser percebido ao longo de sua participação no grupo, em que a dimensão do trabalho vinha sendo explorada gradualmente em seus pequenos projetos. Nesse percurso, o participante realizou atividades que exploravam a possibilidade de retorno ao mercado de trabalho, como o levantamento de habilidades e a elaboração de um currículo.

Em paralelo, o sujeito esteve envolvido em outras atividades, tanto individuais quanto coletivas, como a participação em visitas externas, a experimentação de produções artísticas com diferentes materiais e o protagonismo em ações que possibilitaram o desenvolvimento de habilidades de planejamento e comunicação. Entre essas ações, destaca-se a organização de um passeio do grupo, realizada com o suporte da estagiária que o acompanhava, e que

envolveu a elaboração e o encaminhamento de um ofício, além do aprendizado sobre o uso mais formal de ferramentas de comunicação, como o e-mail.

Nesse semestre, em que o trabalho se apresentava como um processo em desenvolvimento para o sujeito, seu pequeno projeto foi voltado à preparação para entrevistas de emprego, incluindo o treino de possíveis perguntas e a reflexão sobre como apresentar suas habilidades e experiências. No entanto, ao longo desse período, o sujeito faltou diversas vezes sem justificativa, com o decorrer de alguns encontros sem sua presença, a estagiária responsável entrou em contato, e o participante informou que havia conseguido um trabalho temporário que coincidia com o horário do grupo.

Apesar de a dimensão do trabalho ter sido constantemente explorada nos pequenos projetos dele, até então não haviam sido observados movimentos concretos de busca ou articulação com oportunidades de emprego que pudessem ser apoiados em seu acompanhamento. Desse modo, a decisão do participante de assumir uma oportunidade de trabalho temporário surgiu de forma inesperada e foi fruto de uma iniciativa própria. Cabe destacar, no entanto, que pela própria proposta do grupo não se espera que toda a sustentação dos projetos dependa exclusivamente dos acompanhamentos individuais, pois um dos benefícios de estar em grupo é justamente ter um espaço aberto para arriscar-se e tentar novas coisas, permitindo que as relações e experiências conjuntas provoquem mobilizações e apoiem cada processo.

O que interessa para esse recorte é compreender o impacto das experiências coletivas e como o grupo pode ter sido facilitador no processo de concretização do projeto de trabalho do participante. Embora nenhuma ação isolada possa desencadear ou justificar a complexidade desse movimento, é possível observar que as atividades em grupo foram essenciais para nutrir esse processo. Um exemplo é a atividade de apresentação dos participantes (já descrita no início dessa cena intervenção), que além de trabalhar habilidades de comunicação e autoexpressão, proporcionou a reafirmação de suas qualidades pelo grupo, permitindo associar essas características como um recurso útil para outros contextos, como entrevistas de emprego.

A ausência do sujeito surpreendeu a equipe, mas foi também motivo de celebração, visto que essa ação marca um processo de transição para fora do serviço. Os participantes receberam bem a notícia, e a situação não pareceu alterar significativamente as dinâmicas do grupo, considerando que o momento estava mais voltado aos acompanhamentos individuais. Discutimos em conjunto sobre o que essas faltas representavam, longe de significarem um afastamento negativo, elas foram na verdade uma consequência de “estar na vida”, envolvido

em outras atividades. Esse é o maior objetivo do grupo, fortalecer os sujeitos para pensarem e experimentarem fazeres para além do contexto do serviço, de forma que vão gradualmente se desligando das atividades que ainda realizam neste espaço.

Benetton (1994) aponta que o setting da Terapia Ocupacional é um espaço aberto tanto ao que surge dentro quanto ao que vem de fora. O que é externo pode ser resgatado para ser reformulado, assim como as experiências vividas nesse espaço podem ser levadas para a vida cotidiana. Assim, o setting se constitui como um lugar aberto para acolher, mas que também deve impulsionar o movimento de partida, trata-se de um espaço de passagem, onde o único objeto “descartável” é o terapeuta.

Esse é o movimento esperado quando se pensa no exercício da contratualidade com vistas à autonomia, isto é, pressupõe-se que a mediação anteriormente sustentada pelo empréstimo do poder contratual do profissional, neste contexto, representado pelo grupo em que o profissional atua como facilitador, seja um lugar temporário que se torne dispensável, ao passo que o sujeito conquiste habilidades para realizar seus intercâmbios sociais de maneira cada vez mais autônoma (Ribeiro; Bezerra, 2015).

No entanto, esse movimento não se dá de modo simples ou espontâneo, é fruto de um extenso trabalho individual e também coletivo. Trata-se de um pequeno projeto em construção, que se fortalece a partir das ações e experiências vivenciadas no grupo e que se tornaram fundamentais para que o que vinha sendo trabalhado dentro do serviço pudesse se concretizar fora dele.

Ao final do semestre, com o término do trabalho temporário, o integrante retornou ao grupo e conversou sobre essa experiência. Sua volta não se deu da mesma forma, uma vez que retornou com novas referências, trazendo sua experiência de trabalho como conteúdo para ser compartilhado e refletido em grupo, marcando uma importante circulação entre dentro e fora do CAPS.

Durante a conversa com o participante, a estagiária que o acompanhava questionou sobre o interesse em trabalhar na área, ou aceitar exercer essa função, caso recebesse uma proposta mais formal, o sujeito sinalizou que, embora pudesse seguir na área por um tempo, ainda assim desejava buscar novas oportunidades, algo mais próximo de seus interesses e formação técnica.

A partir dessa colocação do participante, percebe-se a importância de fazer alguns apontamentos. O primeiro deles é que, no exercício da contratualidade social, o recurso financeiro, seja ele proveniente do trabalho formal, de iniciativas autogestionárias de geração de renda ou de benefícios assistenciais, mostra-se como elemento requerido para o exercício

do poder contratual. Grande parte das relações e negociações da vida social estão relacionadas ao investimento financeiro, uma vez que ele oportuniza diferentes experiências no território e estabelece possibilidades de trocas sociais (Olivato, 2023).

Outro ponto a ser refletido é a representação do trabalho na vida dos sujeitos, que apesar de seu caráter produtivo e balizador de relações sociais, também pode carregar tensões e contradições.

Na perspectiva da terapia ocupacional, o trabalho é compreendido como uma construção social e constitui-se, por vezes, como eixo central na vida dos sujeitos, possibilitando a ampliação e participação nas relações sociais, nos processos de produção e consumo, bem como no exercício da cidadania. No entanto, o trabalho, nos moldes capitalistas que estruturam a sociedade contemporânea, muitas vezes extingue o valor positivo e produtor de vida, cedendo lugar a uma lógica de expropriação de direitos e valores, marcada pela competitividade, mecanização e precarização das condições de trabalho, podendo inclusive causar adoecimento. Por esse caráter de exclusão, o acesso ao mercado de trabalho torna-se ainda mais limitado para pessoas em situação de sofrimento psíquico, marcadas pelo desvalor social (Carretta; Lobato, 2010; Faria, 2014; Olivato, 2023).

Desse modo, para além do potencial de alavancar experiências em prol da (re)construção do poder contratual por meio do recurso financeiro, é necessário que essas experiências sejam significativas, acessíveis e conectadas aos interesses dos sujeitos.

O eixo trabalho, entendido como inserção laborativa, conforme proposto por Saraceno (2001), constitui um importante cenário para o exercício da contratualidade. Para que se configure como espaço de (re)construção desse poder, é necessário que esteja articulado aos interesses, necessidades e desejos do sujeito, ampliando as possibilidades de trocas sociais reconhecidas e valorizadas. Nessa perspectiva, o trabalho ultrapassa a concepção de simples execução de tarefas, ou de atividade terapêutica, e se afirma como espaço de produção de sentido e de consolidação de um projeto de vida (Saraceno 2001; Babinski; Hirdes, 2004; Lussi; Pereira; Pereira Junior, 2006).

Na situação descrita nesta cena, não se pode afirmar que o trabalho temporário, tampouco a possibilidade de uma proposta futura no cargo, seja suficiente para caracterizar o exercício de seu poder contratual. No entanto, a expressão do desejo por um trabalho mais próximo de sua formação evidencia a valorização e investimento de suas habilidades e sinaliza, ainda que de forma embrionária, um processo de (re)construção da contratualidade, por meio do reconhecimento do seu próprio valor e da validação social de suas competências na busca por um sentido próprio de realização.

A experiência relatada evidencia que a contratualidade não se constitui de forma linear ou definitiva, mas por meio de pequenos movimentos que avançam de forma gradual, exigindo tempo, diversas tentativas e apoio coletivo. A cena também revela a potência do grupo como um espaço de passagem e ambiente aberto a experimentações, no qual o fazer junto permite transformações e conquistas que podem ser reconhecidas e celebradas coletivamente, fortalecendo a experiência de todos (Benetton, 1994; Maximino, 1997).

4.3 “Tecendo sentidos: a bandeira do grupo Projeto de Vida”

Durante o primeiro semestre de 2024, o grupo “Projeto de Vida” esteve envolvido na construção de alguns símbolos coletivos que, mais do que simples produções materiais, tornaram-se recursos de identificação e integração dessa unidade grupal, dentre eles, destaca-se a produção da bandeira do grupo Projeto de Vida. Essa proposta não foi planejada previamente, sua construção aconteceu de modo espontâneo, mas provocativo, como tantas outras atividades do grupo pensadas para instigar novas experiências e movimentos aos seus participantes.

O grupo encontrava-se em um período no qual os acompanhamentos individuais já haviam sido iniciados. No entanto, diante da percepção da equipe de que alguns projetos começavam a perder o ritmo, surgiu a necessidade de novos impulsos e inspirações. Desse modo, foram organizadas novas propostas para o início dos encontros, incluindo atividades sensoriais, práticas respiratórias e visitas a equipamentos externos esportivos e culturais, com o intuito de provocar novos estímulos para continuidade dos pequenos projetos.

A ideia da bandeira surgiu ao final de um desses encontros, enquanto procurávamos, nos armários da sala de atividades, tecidos para usar como vendas em uma prática sensorial que faríamos na semana seguinte. Nessa busca, a coordenadora do grupo encontrou um grande pano amarelo, deu destaque à beleza do tecido, vestiu-o como uma capa, criando uma atmosfera divertida e convidativa, e então fez a seguinte proposta: confeccionarmos uma bandeira do grupo.

Um dos participantes prontamente apoiou a ideia, dizendo ser sua cor favorita, outro questionou a proposta, parecendo não entender para o que a utilizaríamos. A coordenadora então explicou que a bandeira poderia ser pendurada na porta da sala onde o grupo realiza suas atividades, marcando a sua presença no serviço. Em seguida, atuando como um elo de conexão entre os interesses dos participantes, ela perguntou se a mãe desse integrante sabia costurar e se poderia colaborar no processo, sugestão que pareceu despertar seu interesse.

Posteriormente, o participante acrescentou que o tecido lembrava a “árvore do grupo”, unindo mais um elemento que favoreceu a adesão à proposta.

O destaque dado ao pano amarelo não foi por acaso, a cor remetia à “árvore do grupo”, uma produção coletiva construída no início do semestre. Na proposta, o grupo desenhou e decorou uma árvore em uma grande cartolina amarela, incluindo, em forma de frutos, projetos pessoais e coletivos, com o objetivo de aquecer os interesses e desejos dos participantes na elaboração de seus pequenos projetos.

Na construção da bandeira, a escolha do pano amarelo mobilizou os participantes ao resgatar a memória do último projeto coletivo do grupo, no qual o simbolismo da árvore, compartilhado entre os integrantes, fez com que a cor amarela se mantivesse como marca da representação do grupo.

Incorporada a proposta da bandeira, iniciamos a organização de sua construção. Uma dupla de extensionistas ficou responsável por medir o pano e cortá-lo, enquanto os demais participantes deram início à produção de símbolos que os representavam para adornar a bandeira. Antes de iniciar a atividade, foi proposto que o grupo buscasse nos armários diferentes materiais que pudessem inspirar a criação, com isso, selecionamos papel, cartolina, EVA, tecidos, tintas, canetinhas, lantejoulas, cola, entre outros. Os estagiários e extensionistas apoiaram os participantes nessa busca e também na definição de seus símbolos.

Durante essa etapa, apoiei um dos participantes nesse processo. Ao pensar sobre o que o representaria, ele escolheu o emblema do time futebol para o qual torce e expressou o desejo de trazer de casa um brasão que possuía, no entanto, considerando a importância de se envolver ativamente na construção do projeto, a coordenadora do grupo sugeriu que ele produzisse esse ou algum outro símbolo durante o encontro, destacando que ele possuía habilidades para essa produção. Acrescentou ainda que, se fosse de seu interesse, poderia trazer o símbolo que já possuía em um próximo encontro.

Para a produção do emblema do time, buscamos outros materiais nos armários da sala de atividades. Utilizamos feltro para sua estrutura e tinta de tecido na escrita das iniciais do clube. Antes de recortar o tecido, tomamos como referência as medidas de um brasão confeccionado anteriormente em outro projeto, a partir do qual elaboramos novos moldes em cartolina. Na sequência, desenhemos as partes, recortamos o feltro e colamos com cola quente, por fim, utilizamos um molde plástico de letras para pintar as iniciais do time.

Ao finalizar a produção do brasão, o participante demonstrou satisfação com o resultado e, com visível expressão de orgulho, mostrou à coordenadora o símbolo construído por ele. Observando a qualidade da produção do sujeito, um dos integrantes se interessou pelo

símbolo produzido, solicitando ao colega se ele poderia confeccionar mais dois para ele presentear familiares.

Finalizada a produção dos símbolos, passamos à etapa de organização e colagem dos elementos que compuseram a bandeira. Alguns participantes confeccionaram símbolos pessoais, como um sol e o brasão de um time, outros optaram por representações coletivas, como uma corrente humana e um mapa das experiências vividas com o grupo. Além dos símbolos, a bandeira também foi composta por fotografias do grupo, adornos produzidos pela equipe e o título “Grupo Projeto de Vida”, seguido da frase “desde 2020”, sugestão de um dos participantes que integra o grupo desde sua criação.

Todo o investimento da equipe para o envolvimento dos participantes com a proposta da bandeira parte de uma provocação intencional, direcionada às necessidades do grupo naquele momento: promover unidade e pertencimento para sustentar, no coletivo, os pequenos projetos pessoais em elaboração.

De acordo com Maximino (1997), reconhecer-se como parte de um grupo, formando uma representação interna desse espaço, é essencial para o seu acontecimento. Segundo a autora, um conjunto de pessoas unidas por um mesmo objetivo e dividindo o mesmo espaço não é suficiente para configurar um grupo, antes, é necessário que os participantes se reconheçam como parte singular e complementar dessa unidade, formando assim uma representação de grupo que permaneça no imaginário coletivo, apesar de mudanças em sua configuração. Nesses moldes, quando os participantes encontram-se integrados suficientemente para sustentar, mesmo que com grande suporte do terapeuta, um fazer em grupo, essa ação pode ganhar novos sentidos e transformar o próprio fazer.

No entanto, a constituição e fortalecimento da imagem grupal não se dá de maneira espontânea, sendo necessária mediação do terapeuta para sua sustentação (Maximino, 1997). Nessa situação, o papel da coordenadora precisou estar ativo e atento em diversos momentos, desde a análise longitudinal das necessidades do grupo até a identificação de oportunidades para sugerir novas atividades. Essa intervenção envolve habilidades como a leitura do momento, a capacidade inventiva, a observação das reações de cada participante e a escolha de elementos capazes de mobilizar o grupo.

O papel de criar essas conexões, mais do que uma atitude artesanal do terapeuta ocupacional, constitui uma função essencial do coordenador de grupos, voltada a promover o enquadre e a integração de todos os participantes. O coordenador estabelece uma relação direta com cada sujeito, buscando reconhecer suas necessidades e desejos, trazendo à tona elementos capazes de despertar o seu interesse. Dessa forma, o que emerge individualmente

pode ser coletivizado no grupo, possibilitando o estabelecimento de relações entre os participantes (Maximino; Liberman, 2015).

Ao longo da atividade, foi possível notar que o projeto despertou o envolvimento de todos os participantes de maneiras distintas, alguns vivenciaram processos mais internos, expressos por meio dos símbolos criados, enquanto outros enfatizaram a dimensão coletiva, contribuindo com palavras e imagens representativas do grupo. Apesar das diferentes formas de participação, o fazer junto operou como mediador das relações e da construção de sentido, possibilitando que diferentes elaborações se encontrassem em um mesmo campo de produção simbólica.

Entre os participantes, um em especial chamou a atenção pela mudança visível em seu comportamento. Antes dessa atividade mostrava-se mais introspectivo e resistente a se engajar em novos projetos, além de não expressar nenhuma elaboração sobre o que entendia da função do grupo ou sobre o significado que este possuía em sua vida. No entanto, ao longo deste projeto, a equipe pôde observar um sujeito mais ativo no processo e preocupado com a estética do produto, apontando a organização dos elementos da bandeira como se quisesse assumir a coordenação do trabalho.

Diante dessas mudanças, constrói-se a hipótese de que a representação grupal não se elabora de forma discursiva ou reflexiva para o participante, mas se expressa de maneira concreta por meio dos símbolos. Aspecto que pode ser observado na sua relação com o futebol, na qual os emblemas do time são frequentemente trazidos por ele em suas produções. A bandeira, nesse sentido, constituiu-se como um grande símbolo do grupo, capaz de expressar o que ainda não encontrava forma nas palavras. O impacto da atividade ficou especialmente evidente no início do encontro seguinte à finalização da bandeira, quando o grupo se reuniu para pendurá-la na porta da sala de atividades. Enquanto os demais retornaram à sala, o participante permaneceu por alguns minutos diante da bandeira, contemplando cada detalhe do conjunto, como um artista que observa o resultado de sua criação.

O investimento na representação interna e no acontecimento do grupo tem como propósito constituir-lo como um espaço de sustentação de vínculos, trocas e novas experiências, voltado à (re)construção do poder contratual. A ampliação dessas trocas, esperada como um desdobramento futuro para o grupo, pôde ser observada ainda durante o processo de construção.

Foi o caso do participante que acompanhei. O incentivo à confecção do próprio símbolo permitiu que ele experimentasse novas atividades e desenvolvesse um senso de

apropriação de todo o processo, ao criar um símbolo estético e repleto de significado. Na interação com o outro integrante que demonstrou interesse por sua produção, observou-se um processo de reconhecimento das habilidades do participante. Ainda que de forma inicial, esse tipo de troca representa a validação daquilo que o sujeito é capaz de produzir, ampliando seu valor social e favorecendo o exercício da contratualidade (Saraceno, 2001).

O exercício desse poder, ligado ao reconhecimento da capacidade de produzir sentido, deve considerar as necessidades, a história, o habitat e o contexto dos sujeitos. Para tanto, torna-se necessária a mediação dos profissionais, por meio do empréstimo de seu poder contratual (Kinoshita, 2016), que devem acompanhar os sujeitos em espaços socialmente abertos à produção de sentido, tanto em contextos coletivos quanto nos diferentes cenários de sua vida cotidiana (Saraceno, 1998).

No contexto grupal, esse empréstimo da contratualidade social se manifesta nas diversas articulações realizadas pela coordenadora, estagiários e extensionistas, com o intuito de garantir que os participantes possam vivenciar novas experiências, visitando diferentes lugares da cidade, iniciando novas atividades a partir dos acompanhamentos individuais e experimentando diferentes habilidades, até que possam reconhecer-se em um novo fazer.

Entretanto, mesmo com esse empréstimo, aventurar-se em novos espaços, fazeres e papéis sociais nem sempre é um processo simples para os participantes. Essa dificuldade decorre de rupturas na vida cotidiana causadas pela experiência do sofrimento psíquico, que afetam a autoestima e o senso de eficácia dos sujeitos, frequentemente colocando-os em situações de inércia, desmotivação e insegurança diante de novas experiências (Salles; Barros, 2009; Nascimento; Leão, 2019; Silva; Fonseca, 2002).

Nessa perspectiva, o grupo se revela uma potência na promoção da contratualidade, oferecendo um espaço seguro para a experimentação por meio do fazer coletivo. O próprio fazer junto é uma atitude audaciosa, pois coloca os sujeitos diante do desconhecido ao se abrirem para o encontro e o confronto com diferentes realidades, podendo gerar identificação ou estranhamento, mas sempre promovendo transformações ao longo do processo (Maximino, 1997; Maximino; Liberman, 2015).

A presença mediadora do terapeuta, que sustenta o grupo, não permite que ele seja considerado um grupo social. No entanto, esse espaço não se configura como um lugar de simulação, pois as relações ali estabelecidas são efetivas — exercitam modos de estar com o outro e de agir no mundo — e fazem dele um campo de produção de subjetividade, de invenção e de ampliação da vida (Maximino; Liberman, 2015; Maximino, 1997).

Nesse sentido, o terapeuta não protege o grupo retirando o risco, mas sustenta esse espaço para que os sujeitos se expressem, experimentem e criem. Essa função também pode ser compartilhada pelo próprio grupo, na medida em que, ao fazerem e experimentarem juntos, podem se apoiar como coletivo em espaços não protegidos. Acompanhar os sujeitos na reconquista desses espaços, conforme propõe Saraceno (1998), implica sustentar o processo de (re)inserção na vida comum, em territórios onde as relações não são mediadas pelo cuidado institucional.

Desse modo, o fazer em grupo amplia o acesso aos espaços abertos à produção de sentido, pois o próprio *setting* grupal — compreendido para além da sua dimensão física — pode apoiar a construção desses espaços. Essa compreensão não busca usar o *setting* como justificativa para restringir as práticas ao ambiente institucional, pelo contrário, procura evidenciar outras formas de sustentar os sujeitos em seus contextos externos. Quando o grupo se reconhece como uma unidade e atua de forma conjunta, especialmente em atividades fora do serviço, cria-se um ambiente que encoraja movimentos, trocas, experimentações e construções simbólicas, favorecendo a ampliação do poder contratual nos espaços cotidianos e a sustentação de pequenos projetos de vida.

A compreensão do *setting* grupal como algo que transcende o espaço físico também é analisada por Couto (2023), em pesquisa com terapeutas ocupacionais atuantes na Rede de Atenção Psicossocial. A autora observa que o *setting* é concebido como um ambiente a ser criado — um espaço sem paredes — sustentado por sua dimensão relacional e pela relação estabelecida entre terapeuta e usuários, em que se constroem lugares, relações e produções de forma compartilhada.

O investimento em promover o reconhecimento da imagem grupal por meio da construção da bandeira, parte dessa aposta no grupo enquanto espaço de experimentação, troca e reconhecimento. Os efeitos dessa proposta tornaram-se visíveis nas pequenas reverberações que surgiram durante o processo: o reconhecimento mútuo da qualidade das produções, as sutis transformações no comportamento coletivo e o apreço pelo produto final, que passou a ser exposto, no início de cada encontro, em frente à sala de atividades. Tais movimentos favorecem a (re)construção do poder contratual, na medida em que promovem o reconhecimento das próprias capacidades e reforçam o sentimento de pertencimento, sustentando o desenvolvimento dos pequenos projetos de vida.

O fortalecimento da representação do grupo mostrou-se fundamental, sobretudo diante das transformações vividas no semestre seguinte, quando ocorreram duas saídas, em razão do envolvimento dos participantes em novas atividades para além do serviço, e a entrada de

novos integrantes. Nessas situações, foi possível experimentar a construção simbólica na prática, na qual o grupo, com suporte da equipe, mostrou-se capaz de acolher as mudanças e de se reorganizar, construindo novos vínculos entre seus membros e reafirmando a potência produtiva do fazer junto. As saídas do grupo, por sua vez, podem ser compreendidas como um movimento (re)inaugural do exercício da contratualidade social, na medida em que expressam o deslocamento dos sujeitos em direção a novas experiências de participação social e à ampliação de seus territórios de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar os objetivos que orientaram este trabalho, reafirma-se a proposta de descrever e refletir, sob a perspectiva de uma estudante de Terapia Ocupacional, acerca das ações desenvolvidas junto a um grupo de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial, tomando como eixo central de análise a promoção da contratualidade social dos participantes.

Esse exercício permitiu identificar embriões de contratualidade que emergiram ao longo dos encontros, mediados sobretudo pelo fazer junto, pelas atividades desenvolvidas e pelo próprio dispositivo grupal. Tais elementos mostraram-se fundamentais para a construção de um ambiente fértil à circulação de experiências, ao intercâmbio de saberes e afetos e ao favorecimento do reconhecimento de valores entre os participantes. Dessa forma, evidencia-se a relevância do trabalho grupal como recurso na promoção da contratualidade social.

Nessa direção, as diferentes cenas-intervenções descritas também revelaram como o uso desses recursos se entrelaça a um processo contínuo do nosso empréstimo de poder contratual aos participantes do grupo. Esse empréstimo se materializou na mobilização articulada de saberes técnicos e tácitos nos processos de construção conjunta, bem como na atuação integrada da equipe para sustentar o desenvolvimento das atividades e mediar as interações. Além disso, a posição simbólica ocupada por cada estudante e profissional — investida de prestígio, competência e legitimidade — serviu como referência para os participantes, oferecendo apoio para a experimentação de novos fazeres e para a elaboração de pequenos projetos. Esses elementos, traduzidos no uso do “prestígio”, da delegação e do saber de cada profissional, favoreceram o reconhecimento das capacidades dos participantes, ampliando as possibilidades de participação grupal e, gradualmente, a assunção de novos papéis no cotidiano.

Ao articular os achados com a noção de contratualidade social proposta por Benedetto Saraceno, destacam-se os cenários da *rede social* e do *trabalho*. No plano da rede social, o

Jogo da Memória, as dinâmicas de apresentação e a construção de objetos coletivos facilitaram trocas afetivas e reconhecimento mútuo. No eixo do trabalho, os pequenos projetos voltados a essa temática abriram espaço para reflexão e experimentação de novos papéis, mas foi no interjogo das relações grupais que emergiram movimentos mais significativos, apoiando e indicando avanços discretos em direção à ampliação das possibilidades de participação nesse cenário.

Importa salientar limitações deste relato de experiência: trata-se de um recorte de uma experiência grupal, que no contexto das cenas descritas, não estabeleceu parcerias longitudinais com outros dispositivos da rede e/ou sócio-comunitários. Considerando que a promoção de contratualidade social convoca ações integradas e sustentadas no território, na interação e negociação com outras pessoas, objetos e lugares, as descrições aqui apresentadas como “embriões”, ou “vislumbres” não podem, isoladamente, representar o processo de (re)construção de contratualidade de maneira integral. Embora o grupo realizasse movimentos de aproximação com o território — como saídas e visitas, ainda que não detalhadas neste relato — as tentativas de manter atividades para além do serviço evidenciaram a limitada oferta de espaços de convivência e socialização no território, restringindo a promoção da contratualidade no plano do *habitar*. Diante disso, destaca-se a necessidade de fortalecer as articulações da Rede de Atenção Psicossocial, ampliando oportunidades de participação em contextos cotidianos e incentivando pesquisas que reúnam experiências bem-sucedidas, capazes de orientar práticas intersetoriais efetivas na promoção da contratualidade social.

Diante da experiência vivenciada e com base nos referenciais teóricos que fundamentaram este relato de experiência, observa-se uma interlocução entre os saberes da Terapia Ocupacional e os parâmetros da Atenção Psicossocial, uma vez que o uso de atividades, a prática com grupos e as intervenções orientadas para o cotidiano — recursos frequentemente mobilizados no campo da Terapia Ocupacional — alinham-se às estratégias de cuidado empregadas nos CAPS. Desse modo, a expertise da Terapia Ocupacional no uso de atividades e na coordenação de grupos, que têm no fazer humano seu eixo central de atuação, evidencia sua relevância nesse contexto, ao mesmo tempo em que reforça a importância do trabalho interdisciplinar para potencializar o compartilhamento desses conhecimentos e favorecer a interlocução entre os diferentes saberes profissionais.

Por fim, esta vivência coloca em destaque o encontro entre formação acadêmica e experiência prática. Os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação forneceram suporte para iniciar esse processo, mas foi na prática dos encontros e das primeiras vezes — planejando atividades, apoiando o fazer do outro, pensando em adaptações e realizando trocas

com os participantes e com a equipe — que esses saberes ganharam profundidade e sentido. A oportunidade de acompanhar o processo do grupo “Projeto de Vida”, participando de ações de promoção a (re)construção do poder contratual de seus participantes, transforma o modo de olhar para o trabalho com grupos e para a atuação da Terapia Ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial. Dessa forma, reitera-se a importância da articulação entre teoria e prática na formação acadêmica e profissional, para que sejam produzidos, a cada encontro, desafio e possibilidade de construir junto ao outro, novos modos de pensar e fazer Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, D. T. de; TREVISAN, É. R. Estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional em consonância com as transformações da assistência em saúde mental no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 299–308, 2011.
- AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- ASSAD, F. B.; PEDRÃO, L. J.; CIRINEU, C. T. ESTRATÉGIAS DE CUIDADO UTILIZADAS POR TERAPEUTAS OCUPACIONAIS EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 4, p. 743–753, 2016.
- BABINSKI, T.; HIRDES, A. Reabilitação psicossocial: a perspectiva de profissionais de centros de atenção psicossocial do Rio Grande do Sul. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 568–576, dez. 2004.
- BENETTON, J.; MARCOLINO, T. Q. As atividades no Método Terapia Ocupacional Dinâmica/Activities in the Dynamic Occupational Therapy Method. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 21, n. 3, 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/925>>.
- BENETTON, M. J. **Terapia ocupacional como instrumento nas ações de saúde mental**. 1994. 203 f. Tese (Doutorado em Saúde Mental) - Faculdade de Ciências Médicas, Terapia ocupacional como instrumento nas ações de saúde mental, Campinas, 1994.
- BENETTON, M. J. O encontro do sentido do cotidiano na Terapia Ocupacional para a construção de significados. **Revista CETO, São Paulo**, v. 12, n. 12, p. 32–39, 2009. Disponível em: <<https://ceto.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/12-06-1.pdf>>. Acesso em: nov. 19DC.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002. Define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 28 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.
- CARRETTA, R. Y. D.; LOBATO, B. C. A experiência de um projeto de extensão multidisciplinar no fomento à geração de renda cooperativa e solidária: a contribuição da Terapia Ocupacional. **Revista Cultura e Extensão USP**, v. 4, n. 0, p. 89–89, 1 out. 2010. Acesso em: 11 out. 2025.

COSTA, L. A.; ALMEIDA, S. C. de; ASSIS, M. G. Reflexões epistêmicas sobre a Terapia Ocupacional no campo da Saúde Mental. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 1, p. 189–196, 2015. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2015.017>>. Acesso em: 19 out. 2025.

COSTA-ROSA, A. Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: Contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. Ed. Unesp, São Paulo: 2013. In: AMARANTE, P. (Org.) **Arquivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Nau, 2003. Disponível em https://www.academia.edu/37088146/Aten%C3%A7%C3%A3o_Psicossocial_al%C3%A9m_da_Reforma_Psiqui%C3%A1trica> Acesso em 13 de jun de 2025

COSTA-ROSA, A.; LUZIO, C. A.; YASUI, S. Atenção psicossocial: rumo a um novo paradigma na saúde mental coletiva. In: AMARANTE, P. (Coord.). *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau, 2003. p. 13-44.

COSTA, S. L. da. Prefácio. In: MAXIMINO, V. S.; LIBERMAN, F. (org.). *Grupos e terapia ocupacional: formação, pesquisa e ações*. São Paulo: Summus, 2015. p. 9-10. ISBN 978-85-323-1002-6.

COUTO, A. C. D. **Terapeutas ocupacionais e dispositivos grupais na Rede de Atenção Psicossocial**. 2023. 129 f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

FARIA, R. **De que atividade/ocupação estamos falando? Um estudo sobre a produção científica da Terapia Ocupacional, Trabalho e Saúde**. Dissertação (Mestrado Saúde Publica) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Ensp, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 5–25, 2020. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2302>>. Acesso em: nov. 2024.

GALHEIGO, S. M.; BRAGA, C. P.; ARTHUR, M. A.; MATSUO, C. M. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 4, p. 723–738, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cadbto/v26n4/pt_2526-8910-cadbto-26-04-00723.pdf>. Acesso em: 19 out 2025

GROLLMUS, N. S.; TARRÉS, J. P. Relatos metodológicos: difractando experiencias narrativas de investigación. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, maio 2015. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/2207/3809>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

JUNS, A.G.; LANCMAN, S. O trabalho interdisciplinar no CAPS e a especificidade do trabalho do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 27–35, 2011.

KINOSHITA, R. T. Contratualidade e reabilitação Psicossocial. In: PITTA, A. M. F. **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 69-74.

LEÃO, A. **As Práticas de Inclusão Social: o desafio para os serviços de saúde mental**. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: 2006.

LUSSI, I. A. de O.; PEREIRA, M. A. O.; PEREIRA JUNIOR, A. A proposta de reabilitação psicossocial de Saraceno: um modelo de auto-organização? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 3, p. 448–456, maio 2006.

MARTINS, U. K. L.; OLIVEIRA, J. D. de; SILVA, K. V. L. G. da. Oficinas terapêuticas sob o olhar de usuários do CAPS: um estudo descritivo. **Rev. enferm. UFPE online**, v. 4, n. 1, p. 75–81, 2010. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-18851>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MAXIMINO, V. S. **A constituição de grupos de atividade com pacientes psicóticos**. 1997. 199 f. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MAXIMINO, V. S.; LIBERMAN, F. Cenas em formação: buscando na prática os pressupostos para o que fazemos com grupos. In: MAXIMINO, V. S. ; LIBERMAN, F. (org.). **Grupos e terapia ocupacional: formação, pesquisa e ações**. São Paulo: Summus, 2015. p. 11-24.

MENEZES, G. P.; PEGORARO, R. F. Panorama das Atividades Grupais Desenvolvidas em Centros de Atenção Psicossocial (2006–2016). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 2, 2019.

MORATO, G.G. Oficina de apoio à (Re)Construção de itinerários e projetos de vida de usuários do CAPS II. Relatório da atividade. **Pró-Reitoria de Extensão**. Universidade Federal de São Carlos. Processo: 23112.002915/2023-92. Maio de 2023 a fevereiro de 2024. 2024.

MORATO, G. **Reabilitação psicossocial e atenção psicossocial: identificando concepções teóricas e práticas no contexto da assistência em saúde mental**. 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11988>.

NASCIMENTO, L. A. do; LEÃO, A. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, n. 1, p. 103–121, jan. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v26n1/0104-5970-hcsm-26-01-0103.pdf>>.

NASCIMENTO, M. S.; SILVA, M. B. B. e. Desinstitucionalização em debate: uma etnografia em eventos de saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 43, p. 33–44, out. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ptmHvXnGh4JBgr5CYdDYgMt/?lang=pt&format=pdf>>.

OLIVATO, Carlos Henrique Ercolin. **Contratualidade social na Atenção Psicossocial brasileira: uma revisão de escopo**. 2023. 43 f. (Relatório Final de Iniciação Científica – Terapia Ocupacional). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

PITTA, A. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, A. M. F. (Org). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 27-36.

RIBEIRO, M. C.; BEZERRA, W. C. A reabilitação psicossocial como estratégia de cuidado: percepções e práticas desenvolvidas por trabalhadores de um serviço de saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 301-8. 2015 set.-dez..

SALLES, M. M.; BARROS, S. Vida cotidiana após adoecimento mental: desafio para atenção em saúde mental. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22, n. 1, p. 11–16, jan. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002009000100002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 19 out 2025

SALLES, M. M.; MATSUKURA, T. S. Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 2, p. 265–273, 2013. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/813>>. Acesso em: 19 out 2025

SARACENO, B. A concepção de reabilitação psicossocial como referencial para as intervenções terapêuticas em saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 9, n. 1, p. 26-31, jan. / abr., 1998.

SARACENO, B. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. 2ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Te Corá/Instituto Franco Basaglia; 2001. 180 p. ISBN-10. 8586436089

SARACENO, B. Reabilitação Psicossocial: uma prática à espera de teoria. In: PITTA, A. M. F. **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 193-198.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T.; COSTA-ROSA, A. da. Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 63, p. 845–856, 2017.

SILVA, A. L. A. E. ; FONSECA, R. M. G. S. DA. Projeto copiadora do CAPS Luis Cerqueira: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 36, n. 4, p. 358–366, dez. 2002.

TREVISAN, E. R.; ALMEIDA, D. T. de; BARROS, V. A. de. O trabalho de terapeutas ocupacionais em um Centro de Atenção Psicossocial: para além das fronteiras disciplinares. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (REVISBRATO)**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1735–1751, 2023.

WACHHOLZ, S. M. S.; MARIOTTI, M. C. A participação do terapeuta ocupacional na reforma psiquiátrica e nos novos serviços de saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/104>. Acesso em: 11 dez. 2024.

YASUI, S. **Rupturas e Encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 192 p. ISBN: 978-85-7541-195-7

YASUI, S. Vestígios, desassossegos e pensamentos soltos: atenção psicossocial e a reforma psiquiátrica em tempos sombrios. 2016. 217f. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2016.